



**30 DE JANEIRO 2009**

Sexta-feira

- SINDICATO ACUSA BOSCH DE FAZER "TERRORISMO"
- BOSCH É DENUNCIADA NO MINISTÉRIO PÚBLICO
- INDÚSTRIA VAI CONTINUAR DEMITINDO NO 1.º SEMESTRE
- REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIOS JÁ ATINGE 11 MIL
- AUTOPEÇAS REDUZ JORNADA DE MAIS 3,6 MIL EM SP
- LUCRO DA MONTADORA CAI NA REGIÃO DA AMÉRICA DO SUL
- NÍVEL DE ESTOQUES NA PRODUÇÃO É O MAIS ALTO DESDE 1999
- ABIMAQ E CUT FECHAM PROPOSTA QUE ENVOLVE REDUÇÃO DE CARGA TRIBUTÁRIA
- SIMPLES NACIONAL TEM PRAZO DE ADESÃO PRORROGADO
- SELIC PODE TER NOVAS REDUÇÕES
- ADICIONAL DE INSALUBRIDADE TEM NOVA AÇÃO NO STF

Câmbio		
Em 29/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,275	2,276
Euro	2,951	2,955

### SINDICATO ACUSA BOSCH DE FAZER "TERRORISMO"

30/01/2009 – Gazeta do Povo

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) protocolou ontem no Ministério Público do Trabalho uma denúncia de assédio moral contra a indústria de autopeças Bosch, instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

O SMC acusa a Bosch de realizar reuniões diárias, no três turnos de trabalho, para pressionar seus funcionários a aceitar a proposta de redução de jornada e salários, sob pena de promover um processo de demissão em massa. Segundo o documento, a Bosch “vem implantando o terror entre seus trabalhadores [...] valendo-se dos alardes causados pela divulgação sem critério da suposta crise mundial.”

Ao contrário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que aceitou acordos dessa natureza, o SMC não considera essa discussão oportuna. “Temos a visão de que redução de salários pode agravar ainda mais o quadro recessivo”, afirma o presidente do SMC, Sérgio Butka.

Por meio de nota, a Bosch diz que, desde o último trimestre de 2008, adota medidas alternativas para se adequar à nova conjuntura, mas que novos ajustes são necessários. “A empresa considera que a redução da jornada de trabalho com redução de salário, prevista em lei, é a solução necessária para adequar o grau de ocupação de pessoal à demanda atual”, diz a empresa. Sobre a denúncia de assédio moral, a Bosch diz que mantém os colaboradores devidamente informados sobre a situação dos negócios e das medidas que considera necessárias.

Lei

De acordo com a legislação, antes de ser fechado um acordo de redução de jornada e salário, a empresa precisa comprovar a “absoluta necessidade da redução salarial”, abrindo seus balanços para comprovar a dificuldade econômica. Além disso, o corte dos salários não pode ser maior do que 25% e deve haver um corte equivalente dos salários de sócios, diretores e gerentes. A redução tem um prazo de três meses, podendo ser prorrogada. (ACN)

## BOSCH É DENUNCIADA NO MINISTÉRIO PÚBLICO

30/01/2009 – O Estado do Paraná



*Dirigentes do sindicato encaminham pedido de providências.*

Supostas pressões excessivas sobre trabalhadores fizeram com que o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) protocolasse, ontem, na capital, um pedido de providências contra a Bosch, no Ministério Público do Trabalho (MPT).

Segundo o SMC, a empresa vem assediando moralmente os funcionários, na tentativa de impor uma proposta de redução de salários e de jornada de trabalho em 20%, sem garantia de emprego. Já a Bosch defende a tomada de medidas, afirmando que são necessárias para se adequar à demanda atual.

O MPT confirmou o recebimento do pedido do sindicato. O procurador do trabalho Luercy Lino Lopes, responsável pelo procedimento, já designou, para o dia 2 de fevereiro, uma audiência com representantes dos trabalhadores e da Bosch, para mediar a questão.

Para o presidente do sindicato, Sérgio Butka, a proposta da empresa deve ser tomada somente em último caso, depois de esgotadas outras alternativas, como a adoção de banco de horas ou de lay-off (suspensão temporária). Segundo ele, a Bosch já demitiu cerca de 800 funcionários no ano passado, sendo 250 só em dezembro.

Butka acredita que propostas como a da Bosch são "um atraso" e que apontar a crise como motivo para medidas mais drásticas é um "exagero". Para ele, sindicatos que aceitem acordos que reduzem jornadas e salários apenas ajudam a crise a aumentar.

Anteontem, foi anunciado um acordo, em São Paulo, entre o Sindicato dos Metalúrgicos local, a empresa Valeo Sistemas Automotivos e os trabalhadores, para redução dos salários em 15%, em troca de manutenção dos empregos por 135 dias.

Ainda ontem, a Bosch defendeu sua posição. Em um comunicado, apontou que a redução das jornadas de trabalho e dos salários é prevista em lei e "necessária para adequar o grau de ocupação de pessoal à demanda atual", que reduziu significativamente.

A empresa ressaltou, ainda, que adota o princípio de transparência, mantendo seus colaboradores informados "sobre a situação dos negócios e as medidas que considera necessárias", e que está aberta ao diálogo com o sindicato.

Mas o SMC avisa que seu objetivo é evitar novas demissões e flexibilização de direitos. O sindicato informa que também está convocando as três maiores indústrias do setor em Curitiba e Região Metropolitana, para discutir alternativas às demissões junto ao MPT. Nos últimos três meses de 2008, de acordo com o SMC, a New Holland demitiu 370 metalúrgicos, a Volvo, 430, e a Volkswagen-Audi, 250.

## **INDÚSTRIA VAI CONTINUAR DEDITINDO NO 1.º SEMESTRE**

30/01/2009 – Gazeta do Povo

Atingida em cheio pela crise, que reduziu as vendas e a oferta de crédito, a indústria brasileira deverá continuar demitindo ao longo do primeiro semestre deste ano. Essa é uma das conclusões da Sondagem Industrial relativa ao quarto trimestre de 2008, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O índice que mede a expectativa do setor para o emprego nos próximos seis meses ficou em 40,5 pontos. A CNI considera números abaixo de 50 como sendo de contração e de 50 a 100, de expansão.

Os empresários também preveem vendas menores na primeira metade deste ano. O índice que mede a expectativa sobre a demanda nos próximos seis meses caiu de

53,5 pontos em outubro para 39,7 pontos em janeiro. A CNI ouviu 1.407 empresas entre os dias 5 e 26 de janeiro.

De acordo com o levantamento, o setor industrial enfrentou no último trimestre do ano passado sua pior crise dos últimos dez anos. O índice que avaliou a situação de emprego ficou em 44 pontos, o pior de toda a série histórica da sondagem da CNI, iniciada em janeiro de 1999. "A desaceleração da indústria era esperada, mas não com essa velocidade. A crise chegou muito forte", analisou o economista da CNI Renato da Fonseca.

Do ponto de vista da atividade, os três últimos meses de 2008 também registraram o pior desempenho desde o primeiro trimestre de 1999. O índice relativo à produção ficou em 40,8 pontos no quarto trimestre de 2008, com expressiva redução em relação aos 57,8 pontos do trimestre anterior.

A CNI detectou ainda que houve, no fim do ano passado, um acúmulo de estoques, com o índice relativo a essa variável subindo de 51,5 pontos, no terceiro trimestre, para 53,5 pontos. O levantamento da CNI mostrou também que o uso da capacidade instalada da indústria caiu de 80%, no quarto trimestre de 2007, para 74% nos últimos três meses do ano passado.

A queda na atividade foi puxada pelas grandes empresas. O indicador que mede a produção dessas empresas ficou em 38,8 pontos, enquanto nas indústrias de médio porte a taxa foi de 42 pontos e, nas pequenas, de 42,3 pontos.

## REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIOS JÁ ATINGE 11 MIL

30/01/2009 – Gazeta do Povo



*Trabalhadores da Sabó, em SP, aceitaram a redução da jornada e de 12% no salário* Acordos firmados com trabalhadores incluem corte de 10% a 18% na remuneração e um dia a menos de trabalho por semana. Nem todas as empresas garantem a manutenção das vagas.

Com os novos acordos anunciados ontem pela indústria automotiva paulista, já passa de 11 mil o número de trabalhadores submetidos à redução de jornada de trabalho com corte de salários em todo o Brasil. A medida sinaliza um revés para as centrais sindicais, que historicamente sempre defenderam a diminuição de jornada sem redução salarial e rechaçavam a possibilidade de flexibilização mesmo diante dos efeitos da crise.

De acordo com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná (SRTE-PR), até o momento nenhum acordo deste tipo foi registrado no estado. No entanto, quatro empresas com sede no Paraná – Renault, Yazaki, Maflow e Alusur – formalizaram acordos de suspensão temporária de contratos de trabalho, atingindo cerca de 1,8 mil trabalhadores. Mais de 1,3 mil pessoas foram demitidas no estado desde setembro em cortes relacionados à crise econômica.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, afirma que a entidade já foi procurada por 120 empresas buscando consolidar acordos de flexibilização – 99% delas do setor de autopeças. “O sindicato tem autonomia sobre suas bases, mas é o trabalhador que sabe a hora de decidir. Um operador que não liga o torno há três meses sabe que o emprego corre risco e tem medo do fantasma de desemprego”, diz Torres.

A Valeo, fabricante de faróis e lanternas para veículos, em São Paulo, foi a primeira a anunciar, na quarta-feira, a redução de 1 dia na jornada semanal com redução de 15% nos salários de cerca de 800 trabalhadores. O acordo prevê a estabilidade dos empregos por 135 dias.

Ontem, foi a vez de os trabalhadores da MWM Motores aprovarem a proposta da empresa de reduzir a jornada em 20% e os salários em 17,5%. A medida valerá por 90 dias. Os cerca de 2,8 mil trabalhadores receberam a garantia de estabilidade no emprego por até 45 dias após o final do período.

Os trabalhadores da fabricante de autopeças Sabó, também em São Paulo, aprovaram em assembleia na tarde de ontem a redução de um dia na jornada semanal, com corte de 12% nos salários. A medida atinge 1,6 mil trabalhadores da empresa e é válida por 90 dias, com a garantia de estabilidade dos funcionários por mais três meses após o término do acordo.

A indústria de autopeças gaúcha GKN, depois de conceder férias coletivas, fechou um acordo que prevê a redução de um dia de trabalho por semana com diminuição de 14,6% no salário de 1,4 mil empregados.

O maior acordo, no entanto, vem de outra empresa gaúcha. O grupo Randon – que reúne fabricantes de autopeças, implementos rodoviários e veículos, além de uma empresa de consórcios – vai reduzir entre 8% e 10% os salários e a jornada de 4,7 mil funcionários. O acordo tem três meses de vigência e não prevê a estabilidade dos funcionários nem durante nem após o período.

**AUTOPEÇAS REDUZ JORNADA DE MAIS 3,6 MIL EM SP**

Leonardo Rodrigues / Valor



*Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP: queda na produção das empresas justifica o acordo*

Leonardo José de Araújo é metalúrgico e trabalha há 22 anos na empresa brasileira de autopeças Sabó. Funcionário da área de produção da fábrica da Lapa, na capital paulista, Araújo foi um dos cerca de 1.600 empregados da empresa, que na tarde de quinta-feira estenderam os braços e aprovaram com unanimidade a proposta de redução da jornada com redução de salário negociada entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o Sindicato dos Borracheiros do Estado de São Paulo. "A situação está muito difícil. E se a gente sair daqui, como vai arrumar outro emprego? Não tem emprego", disse ele.

Araújo afirma já ter passado por momentos difíceis na firma, mas é a primeira vez que a Sabó sugere redução de jornada e de salário. Pai de dois filhos, um de dez e outro de cinco anos, o metalúrgico já decidiu o que fazer para 'segurar as pontas' nos meses em que terá o salário reduzido. "Agora só vou comprar o necessário. Nada de bolachas. E vou economizar água e energia. Banho e televisão é rapidinho."

Já Regiane Aparecida dos Santos, que trabalha no setor de qualidade e está há seis anos na Sabó, tem um filho de dois anos, que ainda usa fraldas. "Não tenho como economizar em alimento, fralda. Vou ter que abrir mão de coisas para mim para não faltar nada para ele", disse. Regiane afirmou ter tomado a decisão influenciada pela demissão em novembro de cerca de 500 empregados da Sabó da unidade de Mogi Mirim. "Eles [os demitidos] ainda não estão recebendo. A gente vai ter seis meses de estabilidade, mas e depois?", questionou, dizendo que há alguns meses a produção caiu pela metade.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Borracheiros de São Paulo, Terezinho Martins, a empresa informou que demitiria mais 500 funcionários se não houvesse acordo. A proposta inicial oferecida pela empresa era de redução de 20% na jornada e nos salários. Foi aprovada, porém a redução da jornada em um dia por semana, com fim da jornada aos sábados e redução do salário em 12% por 90 dias. O prazo pode ser reduzido se houver melhora na situação da empresa. Funcionários que ganham o piso (R\$ 703 para borracheiros e R\$ 920 para metalúrgicos) terão apenas redução na jornada. A empresa oferece estabilidade, após a fase de salários reduzidos, equivalente ao tempo que durar a medida (até 90 dias). "A proposta é boa. Vamos ajudar a empresa e segurar o emprego", comentou Arnaldo Pires Damazio, empregado da Sabó há nove anos. Ele observou que a empresa já havia dado férias coletivas, cortado horas extras, terminado com a assistência médica e odontológica gratuitas e cortado o ônibus fretado das 7h e das 17 horas.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, afirmou que o balanço mensal fornecido pela empresa ao sindicato apontava queda na produção que justificava o acordo. A documentação agora será encaminhada à Delegacia Regional do Trabalho com a assinatura dos funcionários que aprovaram a decisão - a assembléia com o turno da noite seria feita às 22 horas. Procurada, a empresa informou que não se pronunciaria sobre o acordo. A Sabó é a maior empresa de autopeças de capital nacional, com cerca de 3 mil funcionários. Em outubro, a empresa inaugurou uma fábrica na China. Aproximadamente 60% da receita da empresa é gerada no mercado externo.

Outra empresa de autopeças fechou acordo ontem foi a MWM Motores, que mantém 2 mil funcionários em São Paulo. Os metalúrgicos dos turnos da manhã e da tarde aprovaram por unanimidade a proposta de redução da jornada de trabalho em 20% e de redução dos salários em 17,5%, a partir de fevereiro. A medida vale por 90 dias e garante estabilidade no emprego até 45 dias após o final do período de redução. Segundo Torres, a empresa apresentou queda de aproximadamente 40% no nível de produção. A empresa informou que não daria entrevistas até a aprovação pelos funcionários do turno da noite. A MWM Motores possui 2,8 mil funcionários em São Paulo, Rio Grande do Sul e Argentina. No Rio Grande do Sul, a empresa também negocia acordo.

Na sexta-feira, o sindicato realiza assembléia na empresa de autopeças Samot, para deliberar sobre a proposta de redução de jornada e salário, que vai atingir 600 metalúrgicos em São Paulo. A proposta a ser votada foi mantida em sigilo.

A Vale fechou acordo com sete sindicatos de licença remunerada, com pagamento de 50% do salário, até o dia 31 de maio. A empresa não definiu o número de empregados que entrarão na licença, mas os sindicatos que aderiram representam 17 mil funcionários, sendo 5 mil em Belo Horizonte, 4,5 mil em Mariana (MG), 1 mil em Brumadinho (MG), 600 no restante de Minas, 400 em Corumbá (MS), 4,5 mil em Carajás (PA) e 1 mil de Paragominas e Ourilândia do Norte (PA). A Vale aguarda resposta para a situação de outros 4,5 mil funcionários, sendo 2,5 mil de Itabira e 2 mil de Inconfidentes (MG).

## LUCRO DA MONTADORA CAI NA REGIÃO DA AMÉRICA DO SUL

30/01/2009 – Valor Econômico

A queda nas vendas na América do Sul na virada do ano reduziu os lucros da Ford na região. A montadora americana registrou nos últimos três meses de 2008 um lucro de US\$ 105 milhões, bem abaixo dos US\$ 418 milhões de igual trimestre no ano anterior. O Brasil responde por mais de 60% das operações nessa região.

Segundo relatório divulgado aos acionistas nos Estados Unidos, a redução na lucratividade na atividade sul-americana foi resultado da queda nos volumes de vendas e também do aumento de custos com matérias-primas.

A queda nos volumes de vendas refletiu-se também na receita, que diminuiu quase 30% no período. De setembro a dezembro a o faturamento da companhia na América do Sul foi de US\$ 1,7 bilhão. No mesmo trimestre de 2008, o total chegou a US\$ 2,4 bilhões.

O relatório com os resultados destaca que além do novo Focus e o modelo importado Edge, estão previstos para a região mais seis lançamentos ainda este ano.

"A Ford América do Sul continuou contribuindo significativamente para os resultados globais. Apesar da forte desaceleração do último trimestre, fechamos o ano com números positivos", disse o presidente da Ford Brasil, Marcos de Oliveira, por meio de uma nota. "Já é possível perceber que 2009 será um ano bastante desafiador", completou.

## NÍVEL DE ESTOQUES NA PRODUÇÃO É O MAIS ALTO DESDE 1999

Estatísticas da Sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sugerem que o ajuste de estoques do setor deve ser longo. A relação entre estoques efetivos e planejados alcançou 56,4 pontos em dezembro, o maior indicador negativo de toda a série histórica iniciada em 1999.

O levantamento, realizado em janeiro, aponta os piores dados trimestrais dos últimos dez anos e revela uma característica diferente das outras crises: as grandes empresas foram as primeiras e mais atingidas pela forte exposição ao crédito e ao mercado externo. Pequenos empreendimentos, geralmente no topo dos abalos em crises anteriores, só agora começarão a sentir os danos .



"A crise veio por fora, prejudicando primeiro as grandes companhias, que dependem mais da demanda externa", disse Renato da Fonseca, economista da CNI responsável pela sondagem. "Para as pequenas empresas, a crise deve se espalhar e ser mais sentida agora, neste primeiro trimestre."

Além de o índice que mede a produção ter ficado abaixo de 50 pontos no quarto trimestre de 2008, o que significa queda, a marca de 40,8 pontos é a menor desde o primeiro trimestre de 1999. O desempenho representa baixa de 17 pontos na comparação com o terceiro trimestre de 2008 e de 18,2 pontos na comparação com a sondagem feita um ano antes.

O economista-chefe da CNI, Flávio Castelo Branco, disse que os dados apontam para "um processo de ajuste num horizonte de, pelo menos, seis meses à frente". Ele destacou a questão do aumento dos estoques, que para alguns analistas pode gerar pressões inflacionárias à frente. "Mesmo com a forte queda na produção, 2008 se encerrou com acúmulo indesejado de estoques." O problema é mais grave entre as grandes empresas, grupo em que o índice de estoque efetivo planejado cresceu 4,9 pontos sobre o terceiro trimestre de 2008, atingindo 60,2 pontos.

Fonseca chamou a atenção para as preocupações sobre o cenário para o primeiro semestre. A queda de demanda ficou em em segundo lugar, logo depois da carga tributária elevada. A inadimplência avançou entre as preocupações de pequenos e médios empresários, enquanto para grandes companhias ganhou relevância a falta de financiamento de longo prazo.

No âmbito do emprego, a sondagem também trouxe números piores. O índice que mostra evolução no número de empregados ficou em 44 pontos, o menor desde 1999. Além de queda de 10,9 pontos ante o terceiro trimestre, a baixa rompe com um ciclo

de nove trimestres consecutivos de evolução do emprego industrial. As expectativas também pioraram para os próximos seis meses, o índice em relação ao emprego recuou para 40,5 pontos, o menor em dez anos.

Na consulta às condições financeiras de mercado, a insatisfação dos empresários é latente. O indicador de satisfação com a margem de lucro operacional caiu mais de 4 pontos percentuais, para 40 pontos, e as condições de acesso ao crédito viu recuo de 10,2 pontos, para 32,4 pontos no trimestre. Nas médias e grandes empresas, a insatisfação com o crédito foi mais expressiva - 29,8 pontos e 32,2 pontos, respectivamente.

Para os próximos seis meses, a maioria dos setores espera queda na demanda, nas compras de matérias-primas, no número de empregados e nas exportações.

### **ABIMAQ E CUT FECHAM PROPOSTA QUE ENVOLVE REDUÇÃO DE CARGA TRIBUTÁRIA**

30/01/2009 – Valor Econômico

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) apresentam nesta sexta-feira propostas de um acordo para garantia de empregos e salários no setor. Segundo as entidades, o acordo envolve a redução da carga tributária por tempo determinado. No dia 7, em reunião em Brasília com empresários e representantes de entidades de classe, a Abimaq sugeriu um conjunto de medidas, que incluem o diferimento parcial (50%) do recolhimento de encargos sociais e trabalhistas por seis meses, com o pagamento do débito acumulado em 24 meses, sem juros.

A proposta contempla ainda a compensação dos créditos de tributos federais com as contribuições mensais ao INSS, a equiparação fiscal da venda interna com a exportação por seis meses (também com pagamento do débito acumulado em 24 meses sem juros) e restituição imediata dos créditos de impostos acumulados. Os benefícios seriam assegurados a empresas que garantirem a manutenção de pelo menos 80% de seu quadro de funcionários. Se aprovada pelo governo, será a primeira medida setorial que inclui desoneração da folha de pagamento.

Em 2008, o setor de máquinas e equipamentos teve crescimento real de 21,6%, para R\$ 78,05 bilhões, mas registrou queda de 9,9% no quarto trimestre em relação ao terceiro. O setor encerrou o ano com 242.865 postos de trabalho, após corte de 7.349 em novembro e dezembro. A Abimaq, no entanto, prevê para o primeiro trimestre aumento no nível do desemprego e queda de 19% nas encomendas. (CB e Guilherme Manechini)

### **SIMPLES NACIONAL TEM PRAZO DE ADESÃO PRORROGADO**

29/01/2009 – Valor Econômico

O Comitê Gestor do Simples Nacional prorrogou de 30 de janeiro para 20 de fevereiro o prazo de adesão ao Simples Nacional. Também foram prorrogados para o mesmo dia os prazos para o pedido de parcelamento especial de débitos, para pagamento da primeira parcela e para a regularização de pendências verificadas no ato do pedido de opção.

Foi adiada ainda para o dia 13 de março a data para o pagamento do Simples relativo ao mês de janeiro. Antes, dia 10 também de março, sai o resultado dos pedidos de opção que apresentaram pendências no ato de adesão.

### **SELIC PODE TER NOVAS REDUÇÕES**

30/01/2009 – Valor Econômico

A ata da reunião dos dias 20 e 21 do Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), divulgada ontem, traz indícios suficientes para levar o mercado a acreditar em novas reduções na taxa básica de juros do país, a Selic. A começar pelo corte de um ponto percentual na última reunião, de 13,75% para 12,75%, e a concluir pelo trecho da ata, que deixa claro que se "inicia um processo de flexibilização

da política monetária". Mesmo entendendo que a desaceleração da demanda de consumo reduziu as pressões sobre as condições de oferta, verificadas em boa parte de 2008, e isso deve contribuir de

forma importante para desinflacionar a economia, o Copom pondera, na ata, que "a política monetária deve manter postura cautelosa", a despeito de haver "margem para um processo de flexibilização". No entanto, acrescenta que "a forte desaceleração da economia global tem gerado pressões baixistas sobre os preços no atacado" e, com isso, a política monetária pode ser flexibilizada sem colocar em risco a convergência da inflação para a meta de 4,5% em 2009. Esse quadro será levando em conta na reunião do Copom, nos dias 10 e 11 de março.

### **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE TEM NOVA AÇÃO NO STF**

30/01/2009 – Valor Econômico

Mais um processo deve pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a se posicionar de forma mais clara sobre a forma de cálculo do adicional de insalubridade, benefício concedido aos trabalhadores em diversos ramos da indústria cujo ofício envolve atividades penosas, insalubres ou perigosas. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) ajuizou uma reclamação na corte contra um acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que determinou o pagamento do adicional com base no salário profissional de um auxiliar de enfermagem - a queixa da Procuradoria-geral do Estado de São Paulo, que defende o hospital, é a de que teria sido desrespeitada a Súmula Vinculante nº 4 do Supremo.

A Súmula Vinculante nº 4, editada em maio do ano passado, determinou que é inconstitucional o uso do salário mínimo como forma de cálculo do adicional, mas estabeleceu também que um novo cálculo não poderia ser definido por meio de uma decisão judicial. A falta de uma lei a respeito e a urgência em dar andamento a milhares de processos envolvendo o benefício na Justiça do trabalho deu margem para que, desde então, os magistrados tenham diferentes entendimentos sobre o tema.

No processo que deu origem à reclamação ajuizada no Supremo pelo hospital da USP não foi diferente. Ao pleitear verbas trabalhistas na Justiça, o trabalhador alegou que teria direito a receber o adicional de insalubridade calculado sobre o total de sua remuneração, por conta da Súmula nº 4. O pedido foi aceito em primeira e segunda instâncias, mas a decisão foi reformada pela oitava turma do TST, que determinou que deveria ser utilizado para o cálculo o salário mínimo ou o profissional, se houver -

no caso, há. Os ministros consideram, em primeiro lugar, que apesar da celeuma criada na Justiça após a súmula vinculante, como o caso foi ajuizado antes de sua publicação, deveria ser adotado o entendimento que vigorava no TST até então. Por isso, ficou determinada a aplicação da Súmula nº 228 do TST, que estabelece o cálculo pelo salário mínimo ou profissional da categoria. No entanto, a Súmula nº 228 foi suspensa no fim do ano pelo Supremo, o que agravou a confusão. À época, a corte entendeu que a súmula do TST contrariava a Súmula Vinculante nº 4.

De acordo com o procurador do Estado Miguel Francisco Nagib, que ajuizou a reclamação no Supremo, o problema da decisão do TST foi permitir o uso do salário profissional, o que, na opinião dele, não caberia ao Poder Judiciário e sim ao Legislativo. "Enquanto não há uma lei, o mais certo seria continuar usando o salário mínimo", diz Nagib.